

Pedro de Alcântara Figueira¹

Magister Non Dixit



I

Recorro a aspas, quando me refiro a *teoria*, pois assim fazendo pretendo distinguir o que Marx entendia como sendo sua concepção daquela outra que já de longa data lhe é atribuída. Os fundamentos do seu pensamento encontram-se explicitamente expressos em praticamente todas as suas obras. Não são poucas as vezes em que Marx se refere claramente à sua concepção sobre a origem das ideias. Ele faz questão de acentuar que as ideias são tão transitórias quanto as relações sociais que lhes dão nascimento.

A insistência com que se pretende fazer de Marx um filósofo, o filósofo perfeito, cuja concepção — exatamente por ser classificada como filosofia — conteria verdades supra históricas, cria completa confusão com relação à sua concepção de revolução. Para Marx, a revolução é o resultado do desenvolvimento econômico e social do modo de produção capitalista e não correção das injustiças do capitalismo.

Contrariamente a tal classificação, ou seja, *Marx filósofo*, não são poucas as declarações categóricas de Marx que não deixam qualquer dúvida a respeito do que ele pensava sobre a subordinação das ideias às circunstâncias históricas. **A Miséria da Filosofia** contém um manancial a respeito da sua oposição a esta pobre e equivocada classificação.

Não são poucos os momentos em que Marx não deixa qualquer dúvida acerca do que ele pensa a respeito da fonte de onde emanam as ideias. Em se tratando particularmente das ideias científicas propriamente ditas, ele é radical com relação à exclusão da filosofia, pois a existência desta última lhe é garantida precisamente por seu distanciamento da luta política e social e por seu alheamento radical com relação ao

¹ Professor aposentado da Universidade Federal de São Carlos-UFSCar. Doutor em Educação, historiador, filósofo e pesquisador do ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Foi um dos participantes na produção de compêndios da *História Nova* [década 1960].

processo histórico, ao passo que o compromisso com a luta política é o que garante status de ciência às ideias. Sem dúvida que é por este caminho que Marx chegará à *Tese 11 sobre Feuerbach*. Marx tinha clareza de que a definição de homem de Aristóteles pouco se prestava a teorias filosóficas.

O batismo de Marx na água benta da filosofia redundou em se desconsiderar, e até mesmo a ignorar, a importância da Economia Política para o entendimento do seu pensamento. Neste caso, o prejuízo é muito grande.

Podemos afirmar que Marx atribuiu ao reino das ideias total versatilidade em correspondência com as mudanças no movimento da história. Um pensador da época do Escravismo Clássico não poderia tratar a escravidão senão como uma relação natural porque, segundo postulava Marx, suas ideias não poderiam ser outra coisa senão as relações sociais de produção enquanto ideias.

Apenas por força da questão que estamos tratando, continuaremos a nos referir ao termo teoria. De certo modo, se partimos do significado que Marx atribui às ideias, o termo teoria se torna dispensável até mesmo porque ele se troca, em quase perfeita equivalência, por sistema filosófico. Assim se pode dizer: a teoria de Platão como o sistema filosófico platônico.

Até certo ponto virou banalidade chamar Marx de filósofo, razão pela qual o esforço por tentar desfazer semelhante equívoco nem sempre é bem-sucedido. A seguir, tentaremos mostrar que a água com que Marx foi batizado talvez não seja tão benta quanto se quer fazer crer. E isto se pode verificar com uma simples consulta a uma certa *Apresentação* do primeiro livro de **O Capital** em edição recente. Aí aparece o Marx vestido de filósofo, economista, sociólogo, antropólogo, geógrafo, *und so weiter*. Afirma-se que **O Capital** é “uma obra de economia política”, contrariando o seu próprio subtítulo “*Crítica da Economia Política*”. Ou o autor dessa *Apresentação* não sabe o que é crítica — em seu sentido histórico — ou não sabe o que é Economia Política. No fundo, não seria um despropósito chegar à conclusão de que Marx é rebaixado à categoria de *cientista social bem-comportado*. Não se justifica, portanto, aquele subtítulo, “*Crítica da Economia Política*”, e passa a ser visto como um tratado cujas categorias vêm do mundo da lógica, lógica essa, irrefutável. Por esse caminho não são nem poucos, nem pequenos os tropeços para se chegar à história e à ciência da história.

Pelas razões acima apontadas, continuaremos a usar o termo teoria, já agora em parte liberado de suas implicações filosóficas.

A teoria de Marx nasce de um único e exclusivo propósito sintetizado na luta que se trava contra um sistema que se tornou uma força contrária ao desenvolvimento social e econômico. O grau de desenvolvimento do potencial produtivo engendrado pelo capital já havia mostrado, então, isto é, em 1867, ano em que Marx publica o primeiro livro d'**O Capital**, ter entrado numa fase revolucionária, em aberta contradição com a manutenção das relações sociais existentes. Contém, por isso mesmo, a exigência de profundas mudanças nos fundamentos mesmos da sociedade. Partindo desse pressuposto é que devemos – como reiteradamente a ele se referem Marx e Engels – procurar qual a verdadeira origem do que poderíamos denominar método, no caso de Marx. Seu rigor científico não se deve a nenhum recurso à filosofia, nem a qualquer sistema de lógica, mas à estrita dependência da realidade objetiva, observada esta do ponto de vista dos embates sociais, da luta política própria da sociedade burguesa. É, portanto, dos impedimentos colocados a um processo de desenvolvimento, expresso em forças que estão sempre forçando o rompimento da casca que envolve essa forma social, que podemos detectar com precisão o ponto de partida teórico de Marx. É nesse conflito que encontramos sua origem.

Na expressão *uma era de revolução social* (MARX, 1957, p. 4) encontramos a síntese plena a que chega Marx como entendimento do que significa o modo de produção capitalista como *uma fase histórica do desenvolvimento das forças produtivas*. É a partir do que Marx entende pelo termo *forças produtivas* e seu papel revolucionário, que nasce o que ele denomina “ciência da história” (MARX; ENGELS, 2007, p. 86) que, segundo suas próprias palavras, é a única ciência que ele mesmo conhece.

Ainda que Marx e Engels tenham claramente delimitado a história como seu campo de ação, como atestam na **A Ideologia Alemã**, começam a surgir – enquanto Marx está vivo – não poucos adeptos que procuram classificar o pensamento de Marx de diversos modos, o mais frequente, por sinal, é chamá-lo de filósofo e sua concepção de filosofia.

É desta tendência que passamos a tratar, tendo em vista pôr em evidência os danos, maiores ou menores, que causam ao significado de uma concepção que, como todas as concepções, deve sua existência ao movimento histórico, e que, por isso mesmo, são válidas durante o tempo em que subsistirem as condições que lhe deram nascimento. Assim, aquilo que se manifesta como pressuposto durante a exposição corresponde ao fato de que apenas o estágio mais desenvolvido do processo histórico permite ver seu processo de desenvolvimento e suas consequências. No caso específico de **O Capital**, é evidente que a exposição que aí se faz do sistema capitalista está impregnada de um pressuposto, que é o seu fim. Como tal, esse pressuposto não pode ser tomado como uma

ideia pré-concebida. Não é porque Marx assim concebe o modo de produção capitalista que ele terá um fim, mas precisamente porque ele terá um fim que assim Marx o concebe. Isto significa que nosso ponto de partida consiste em negar que Marx tenha partido de uma teoria para chegar às conclusões que tira do seu objeto de pesquisa.

Este aspecto não é um caso exclusivo da concepção de Marx. Ela se apresenta como a ciência, ou teoria, se quiserem, que ganha esse status por se comprometer com o processo de transformação, ou seja, entender o momento em que a superação de uma forma é o que há de mais concreto enquanto objeto de estudo. Parafraseando Francis Bacon, poderíamos dizer que o tempo é o autor das concepções, de todas elas, sejam quais forem suas tendências. Os tempos que são marcados pela necessidade de mudanças no rumo da sociedade, são esses que dão nascimento às ciências, às quais cabe o papel de crítica às ideias que a história não sustenta mais.

Pois bem, é precisamente aqui que encontro Marx. Quem fala n'**O Capital** é a história, ou mais precisamente, uma época em que a pujança de uma forma social se expressa na necessidade de transformações profundas. Também este aspecto não é uma particularidade de nossa época, mas assim foi quando o capital surgiu das entranhas das contradições do mundo feudal.

Quando Marx, em sua *Tese de número 11 sobre Feuerbach*, despacha os filósofos e todos aqueles que se metem a falar de capitalismo sem tratá-lo como *uma fase histórica do desenvolvimento das forças produtivas*, está tomada uma posição favorável à transformação. Toda a atenção para a forma como Marx redige essa Tese: “Os filósofos se limitaram a *interpretar* o mundo de diferentes maneiras; mas o que importa é *transformá-lo*” (MARX; ENGELS, 2007, p. 535).

Quem achar que Hegel não se encontra entre esses filósofos, talvez não tenha lido precisamente o que Marx quer dizer com essa Tese e considerado todas as suas consequências. Marx é, aqui, como se diz hoje: *curto e grosso*. Numa frase a mais sintética possível ficam postas duas questões históricas básicas como definidoras da posição política que se toma frente à realidade. Esse contraste, Descartes o expressa quando afirma que a Escolástica explica a existência das ideias ao modo como a mitologia faz nascer a deusa da Sabedoria, Minerva, da cabeça de Júpiter.

Ainda de Descartes, e referente sobretudo a esta tomada de posição pelo progresso social, encontramos no seu *Discurso do Método* esta lapidar expressão da luta que travou contra o passado feudal: **la loi qui nous oblige**, ou seja, **o papel social que devemos assumir em determinado momento**.

Reproduzo, a seguir, em tradução em português, a passagem a que acabei de me referir:

Porém, apenas adquiri algumas noções gerais concernentes à física, e, começando a comprová-las em várias dificuldades particulares, percebi até onde podiam conduzir e quanto diferem dos princípios que haviam sido utilizados até o presente, considerei que não podia mantê-las escondidas sem transgredir a lei que nos obriga a procurar, no que depende de nós, o bem geral de todos os homens. (DESCARTES, 1999, p. 86)

Essa imagem de Descartes remete a essa outra escolástica, essa que faz a concepção de Marx decorrer diretamente da dialética hegeliana. Também essa, ao fazer de Marx um filósofo, faz as ideias serem paridas da cabeça.

Por que é importante, aliás fundamental, mostrar que classificar Marx como filósofo não é simplesmente um engano de somenos importância? Em primeiro lugar porque, ao se falar de história, em se tratando de filosofia, não é senão usar uma palavra vazia de conteúdo real. Uma palavra como outra qualquer, pois, para Marx, também a ciência é um produto histórico, e não um conhecimento prévio cujo domínio permite ser aplicado a isto ou aquilo. O resultado disso redundava em converter as ideias em uma criação individual de algum iniciado nos mistérios da vida. Para Marx, a filosofia acaba sempre em religião, pois ao se afastar da vida real dos homens enquanto seres sociais, o que a filosofia procura é a tal explicação em última análise da *essência humana*. Jamais seria possível atribuir a Marx semelhante façanha, entre elas uma filosofia que se estrutura na chamada dialética, que pouco importa que seus personagens sejam homens verdadeiros, pois deles apenas se exige que cumpram religiosamente seus desígnios, dialéticos, evidentemente. Aliás, não fica nunca claro qual a ligação da tal dialética com o tempo histórico, pois à sua validade tem sido garantida a eternidade. É assim o que pensam aqueles que batizaram Marx de materialista e dialético. E a si mesmos, de marxistas.

Eu os chamaria, de preferência, de escolásticos. Esta é uma ideia que proliferou, em grande escala, na União Soviética e que ganhou adeptos mesmo entre os intelectuais de esquerda. Seu número está longe de ser pequeno. Chamo-os, a muitos deles, de escolásticos, por muitas razões. Uma delas se deve à semelhança do que os escolásticos medievais fizeram com Aristóteles, então batizado de Divino. Vestiram Aristóteles com a batina. Pelo caminho da danada da dialética se chega muito perto de assim batizar também a Marx. O personagem central nas obras de Marx é o homem, nas de Hegel, o espírito, de preferência com letra maiúscula e lhe acrescentando o complemento,

absoluto. Perguntaria: o que tem a ver com lógica, dialética, filosofia a seguinte passagem de Marx que se encontra na **Miséria da Filosofia?**

Os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com a sua produtividade material produzem, também, os princípios, as ideias, as categorias de acordo com as suas relações sociais.

Assim, estas ideias, estas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. Elas são *produtos históricos e transitórios*. (MARX, 1985, p. 106)

Qual é o verdadeiro significado de se buscar uma teoria filosófica para o marxismo? Quem assim procede talvez seja porque ache, e talvez seja mesmo, difícil enfrentar a história, ou seja, aquilo que expressa a transitoriedade de tudo aquilo que é humano.

Para que as forças produtivas geradas pelo capitalismo possam tomar uma forma adequada à sua plena realização, a transformação social se torna absolutamente necessária. Eis a única questão do marxismo, questão que estabelece uma profunda diferença, e divergência, com a filosofia, a sociologia e a economia.

Suponhamos que as ideias e as categorias possam ser classificadas como dialéticas, o que levaria a concluir serem também dialéticas as relações sociais. Como Marx afirma também serem as ideias e as categorias *transitórias, históricas*, teríamos necessariamente que admitir ser também transitória aquela classificação. Com o que, pensamos, contrariaríamos, de certo modo, a suposição de ser a dialética válida para todo o sempre. Questão espinhosa essa e que caberia aos que se autodenominam marxistas elucidarem. Não seria errôneo concluir que a dialética não teria, como em seu original hegeliano, nada a ver com o fato de que Marx esteja realizando, n'**O Capital**, a análise da sociedade burguesa, pois aquele método nada tem a ver com o objeto que se analisa. Os resultados não adviriam, portanto, da análise de uma situação determinada, mas decorreriam do método utilizado. Isto fica patente quando afirmam que as conclusões da análise resultam da *aplicação do método dialético* à realidade. Como se afirma que o método dialético é uma criação de Hegel, com razão podemos concluir que sua existência pouco, ou nada, tem a ver com a realidade analisada.

A tudo isto se opõe o que Marx afirma sobre o comunismo na **A Ideologia Alemã**, passagem em que parece estar ele se precavendo dessa tendência a batizá-lo de filósofo: “O comunismo não é para nós um estado de coisas [Zustand] que deve ser instaurado, um ideal para o qual a realidade deverá se direcionar. Chamamos de comunismo o movimento *real* que supera o estado de coisas atual”. (MARX; ENGELS, 207, p. 38)

Tudo o que escrevem os marxistas sobre a filosofia de Marx parece unicamente uma tentativa de encontrar uma teoria infalível, ou a verdade supra histórica. Não sabem onde colocar a afirmação de Marx segundo a qual ele só *conhece uma ciência, a ciência da história*.

Em todas as épocas em que se impõem transformações no fundamento mesmo das sociedades surgem ideias que ganham o status de ciência precisamente por se comprometerem com essas transformações.

Houve dois momentos na história moderna, esta que ganha significativa visibilidade com as *Grandes Navegações*, em que o pensamento científico foi parte ativa no processo de transformação. Em ambos, forças irresistíveis ganham a consciência. No caso do primeiro, as ideias que se comprometem com as novas forças sociais se expressam como Economia Política. No segundo momento, metade do século XIX, se expressam como Marxismo. Em ambos os momentos, o desenvolvimento histórico das forças sociais decidiram sobre os fundamentos e os termos de ambas essas ciências, imprimindo-lhes um caráter revolucionário.

Vale dizer que a concepção de Marx não decorre de nenhum saber prévio que, aplicado à realidade, revelaria seus segredos.

Sua natureza subversiva tem como única e exclusiva fonte um mundo cuja história se manifesta concretamente como um processo de transição. As categorias que compõem a estrutura de **O Capital** nasceram historicamente e expressam precisamente aquilo que o professor russo² identifica como o fundamento da concepção de Marx, ou seja, a transição de uma forma social a outra (MARX, 2013, p. 89). Não é sem razão a insistência de Marx em demonstrar que o processo de transformação não decorre de nenhuma força externa exercida sobre o funcionamento do capital, mas lhe é inerente. Podemos dizer que a subversão que organiza o pensamento de Marx, como ele próprio insiste em afirmar, é inerente ao próprio desenvolvimento, empanurrado de contradições, do capital. O caráter subversivo de suas ideias se completa com a proposição prática que consiste em convocar para uma ação política que contribua para *abreviar as dores do parto de uma nova forma social*.

Pode-se, com razão, argumentar que é explícita a declaração do próprio Marx a respeito de sua adesão à dialética. É bem verdade, também, que, com declarado bom humor, dissera que, em determinado momento, *flertara* com a dialética. Incoerente?

² Refiro-me ao Professor da Universidade de São Petersburgo, *Ilarión Ignátievich Kaufmann*.

Talvez, mas mesmo assim ficaria, neste caso, com o bom humor e não faria disto uma discussão escolástica.

Mas vamos, sem delongas, à adesão explícita de Marx à dialética. Ela se encontra no brilhante “*Posfácio da Segunda Edição*” alemã de 1873 e na tradução, publicada em 2013, pela Editora Boitempo.

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto e traduzido na cabeça do homem. (MARX, 2013, p. 90)

Sem pretender menosprezar o que se contém na passagem acima, me pergunto se é o caso de se chamar o que Marx aqui afirma, de dialética, ou se, então, a dialética é uma outra coisa que não aquilo que se denomina como tal? Pensando nos argumentos de Marx sobre a diferença entre a dialética de Hegel e a sua me pergunto se caberia na dialética o que Marx afirma categoricamente sobre a subordinação do “Ideal” às circunstâncias históricas?

O jesuíta Padre Antônio Vieira, membro da igreja católica, argumenta que mesmo Deus deve levar em consideração as circunstâncias geográficas quando se trata de considerar as diferenças entre as nações. Esta passagem, de um de seus escritos, talvez possa nos ajudar a responder às nossas indagações.

Comporta a doutrina católica os *dois céus* de Galileu? Não se dá o mesmo conflito quando se trata do *Novo Mundo* de Descartes e da utopia de Bacon? Não introduzem todos eles algo que contradiz a eternidade do Ser Supremo?

II

Passo, agora, para concluir, a algumas considerações especialmente sobre as categorias econômicas usadas por Marx em sua análise do capital, tendo em vista, segundo ele próprio, tratar-se este modo de produção de uma fase histórica, portanto transitória, do desenvolvimento das forças produtivas. Podemos dizer que a concepção histórica de Marx acha-se toda ela comprometida nesta sintética definição de um modo de produção. O que significa que temos que pesquisar, a fundo, onde se encontra essa caracterização das categorias econômicas que sustentam sua análise do modo de produção capitalista contida sobretudo n' **O Capital**, mas não só.

Partimos do entendimento de que essas categorias dizem respeito, em primeira mão, à natureza transitória desse modo de produção, cuja superação se anuncia como necessidade impressa no desenvolvimento revolucionário das forças produtivas, qualidade essa inerente ao próprio desenvolvimento das relações de produção capitalistas. Para precisar essa questão, é preciso reafirmar que essas categorias dizem respeito exclusivamente a esse processo de transformação, e não, como podem nos fazer crer aquelas abordagens que reduzem tais categorias a ideias filosóficas. Todas as categorias econômicas, sem qualquer exceção, são tantas outras formas assumidas pelo trabalho, o que permite concluir que toda atividade produtiva é, ela também, transitória, histórica. Não estão excluídas dessa caracterização nem as classes sociais. Se aos trabalhadores corresponde um montante de salário necessário à subsistência da classe trabalhadora, esse montante não é senão uma quantidade determinada de trabalho. Ricardo sintetiza isto de maneira primorosa: *capital é trabalho acumulado* (RICARDO, 1996). As rendas que sustentam a família real inglesa são, segundo Adam Smith, uma parte do trabalho nacional.

Não consideramos necessário insistir, aqui, que a análise de Marx ganha foros de ciência, não por qualquer arranjo lógico de suas ideias, mas exclusivamente porque elas se comprometem, de corpo e alma, com a necessidade de transformação a que já nos referimos.

Acreditamos não ser demais lembrar que a *era de revolução social*, na expressão de Marx, encontra-se em formação no mundo capitalista. Não é por acaso que em 1917, passadas apenas três décadas da morte de Marx, eclode na Rússia uma clara manifestação dessa “era” por ele anunciada.

As relações necessárias dessas categorias com a transformação social, evidentemente expressas de variadas maneiras, vão tomando forma no curso do século XIX.

Aquilo de que Marx trata é da análise de um processo histórico de transformação, de revolução social. Não fosse esse seu objetivo e possivelmente não teria chegado àquelas categorias. Ou seja, essas categorias só fazem sentido nesse contexto histórico de superação de um sistema econômico e nascimento de outro. Não fosse esse processo de transformação e não poderiam ser essas as categorias de análise do capital³.

São dados relevantes, no entendimento dessa questão, manifestações que encerram, na verdade, testemunhos de um momento histórico que se preparava para grandes transformações. Trata-se de dados concretos, a começar pela conclusão profunda a que chega Ricardo no capítulo *Sobre a Maquinaria*, em seus *Princípios*, ou seja, de que a mecanização da produção trazia benefícios para os capitalistas e para os proprietários rurais e se fazia em prejuízo dos trabalhadores. Essa conclusão, verdadeira autocrítica, representa um grave abalo nos pressupostos da ciência econômica clássica, a Economia Política. Desde então, e até hoje, a chamada Teoria Econômica, sobre quem caberia perguntar qual de fato é a sua teoria e o quanto, de fato, trata da economia, está mergulhada em esforços inesgotáveis para justificar ideologicamente esse resultado da análise de Ricardo. Este esforço leva a algo parecido com um verdadeiro *assalto à razão*.

Na linha de precedentes aos resultados a que chegará Marx, não é de modo algum de se desprezar a contradição apontada por Sismondi entre um sistema econômico detentor de uma potência incalculável de produzir riquezas e que, ao mesmo tempo, produzia um estado de miséria jamais visto. A passagem, dos **Novos Princípios de Economia Política** de Sismondi, revela a extensão da crise, em que se encontrava a Economia Política em seu enfrentamento com uma realidade em franca transformação:

O lucro do empresário não é outra coisa senão uma espoliação do trabalhador que ele emprega. Ele não ganha porque sua empresa produz muito mais do que custa, mas porque ele não paga tudo o que ela lhe custa, porque ele não concede ao operário uma compensação suficiente pelo seu trabalho. Semelhante indústria é um mal social, pois reduz à extrema miséria aqueles que trabalham, enquanto não

³ O leitor poderá acompanhar o desenvolvimento dessa questão já em **A Ideologia Alemã** (1846) e no **Manifesto Comunista** (1848). Tanto na primeira, quanto no segundo, portanto, 20 anos antes da publicação do primeiro livro de **O Capital**, fica absolutamente claro que a superação histórica da sociedade burguesa é o ponto de partida de suas reflexões.

assegura ao empresário mais do que o lucro ordinário dos capitais. (SISMONDI, 2009, p. 81)

Queremos nos referir também à conclusão a que chega o engenheiro mecânico Charles Babbage sobre a capacidade infinita de produção com máquinas. O período que antecede o enfrentamento por Marx destas questões é rico em demonstrações de perplexidade diante da contradição entre uma produção ilimitada, que evidentemente não se realizava precisamente por causa do papel que jogava a lei do lucro como limitação da produção, e que por isso mesmo fazia crescer as “denúncias” contra a natureza perversa do sistema capitalista.

São dados mais do que concretos aqueles registrados por Adam Smith ao se deter a respeito da revolução que a divisão do trabalho tinha proporcionado em todos os campos. Podemos ficar aqui apenas na exaltação da divisão do trabalho no caso da produção de alfinetes. Owen, referindo-se ao mesmo fenômeno social, mas agora testemunhando a potência da produção mecanizada, revela que 2.500 operários industriais são capazes de produzir o que produziam há meio século 600.000 trabalhadores.

É esta revolução que Marx analisará como um processo de transformação necessário.

Como para Ricardo o capital é trabalho acumulado, para Marx é essencial definir que forma de trabalho, ao se acumular, toma a forma de capital. Como nem sempre foi assim, poderá haver uma forma, como, aliás, já houve, que, acumulado, o trabalho não se convertia necessariamente em capital. É esta forma que então estava em luta aberta e ferrenha contra aquela definida por Ricardo. Assim como o capital nasceu de uma luta de liberação do trabalho de sua forma feudal, o socialismo significa outra forma de liberação do trabalho, a qual se dará necessariamente em detrimento do capital.

No que se refere particularmente a tratar a mais-valia, não como injustiça social, como indevida exploração do trabalhador, mas sim como uma forma determinada historicamente de relação entre trabalho e capital, condição mesma de existência do capital, este é um ponto a se observar na análise de Marx. No entanto, o que é novo na investigação de Marx é apontar a suprema contradição que encerra precisamente o aumento da mais-valia e a conseqüente tendência à queda da taxa de lucro resultante do aumento da produtividade. A demonstração desse processo se encontra na seção que leva exatamente o título de “Tendência à queda da taxa de lucro”. Estudos recentes vêm demonstrando que não se trata mais de uma tendência, mas de algo que se concretizou.

É possível pensar que Marx tenha começado pela taxa de lucro como caminho para analisar não só a mais-valia, mas todas as categorias constitutivas da relação social em sua forma capitalista. É, de certo modo, o que pensa o referido professor russo, em artigo que Marx menciona no Posfácio à segunda edição de **O Capital**. Marx tem sempre presente aquilo que Hodgskin afirma ao postular que “o lucro impede a produção” (HODGSKIN, 1966, p. 245-246).

Entender Marx — o conjunto da sua obra — requer uma leitura atenta de suas Teses contra Feuerbach, porque talvez ali a sua concepção se mostra de forma mais explícita. Trata-se de entender que a sua concepção é a análise científica da necessidade de transformação social revolucionária. O que nos exige sermos capazes de levar esta proposição às suas últimas consequências.

Compreender que a necessidade revolucionária não parte da decisão de quem quer que seja, mas da realidade quando esta se apresenta como *uma era de revolução social*. Eis os termos em que Marx formula o seu papel, ou seja, o que de fato o mestre disse: “Os filósofos se limitaram a *interpretar* o mundo de diferentes maneiras; mas o que importa é *transformá-lo*” (MARX; ENGELS, 1986, p. 128).

REFERÊNCIAS

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Trad. de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

HODGSKIN, Thomas. **Popular Political Economy** [1827]. New York: Augustus M. Kelley Publishers, 1966. (Reprints of Economic Classics).

MARX, Karl. **A Miséria da Filosofia**. Trad. e apresentação de José Paulo Netto. São Paulo: Global Editora, 1985.

MARX, Karl. **Contribution à la Critique de l'Économie Politique**. Paris: Éditions Sociales, 1957.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I.

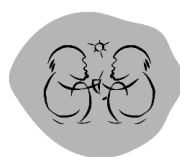
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Trad. de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: HUCITEC, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Trad. de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Trad. de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. Trad. de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Col. Os Economistas).

SISMONDI, Jean-Charles Léonard Simonde de. **Novos Princípios de Economia Política (1819-1827)**. Trad. de Fani Goldfarb Figueira. Curitiba, PR: Segesta, 2009. (Raízes do Pensamento Econômico).



Gilberto Luiz Alves
INSTITUTO CULTURAL

www.icgilbertoluizalves.com.br